

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE ESPORTE E LAZER

Luiz Carlos Rocha

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa em andamento no doutorado em Educação da UFBA, que tem a finalidade de discutir como ocorre a gestão pública e a participação popular no processo de elaboração e execução das políticas públicas de esporte e lazer no Estado da Bahia e como estas impactam no desenvolvimento social de maneira a reduzir as desigualdades. Busca-se, ainda, entender os fundamentos teóricos dessas políticas, os sujeitos políticos que as fazem, como fazem e para quem são feitas, identificando a concepção, as propostas e ações dos poder local no âmbito do esporte e lazer.

Palavras Chave: Políticas Públicas. Gestão. Participação Popular.

ABSTRACT

This work is a research in progress at the doctorate in education from UFBA, which has finality to discuss how to develop public management and popular participation in the in the process of implementation and development of sport and leisure public policies in the state of Bahia, and how these impact social development to reduce inequalities. Search still, to understand the theoretical foundations of these policies, the political subjects that do it, how do and for who are made, identifying the conception, the proposals and actions of local government at the ambit of sports and leisure.

Key words: Public Policy. Management. Popular Participation.

RESUMEN

Este trabajo es una investigación en curso en doctorado de educación en la UFBA, cuyo objetivo es discutir cómo es la gestión pública y la participación popular en la elaboración y la aplicación de las políticas públicas para el deporte y la recreación en el estado de Bahía, y la forma en que estos efectos en el desarrollo social con el fin de reducir las desigualdades. Búsqueda aún, para comprender los fundamentos teóricos de esas políticas, los sujeto políticos que hacen, como lo hacen y para quién se realizan, identificar el diseño, propuestas y acciones del gobierno local en el deporte y recreación.

Palabras clave: Políticas Públicas. Gestión. Participación Popular.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa de doutorado em andamento no programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal da Bahia, que trata das políticas públicas de esporte e lazer no Estado da Bahia. O Projeto tem a finalidade de diagnosticar e discutir como ocorre a gestão pública e a participação popular no

processo de elaboração e execução das políticas públicas de esporte e lazer no Estado da Bahia e como estas impactam no desenvolvimento humano de maneira a reduzir as desigualdades sociais?

Pretende conhecer os processos através dos quais as políticas públicas são elaboradas e implementadas. Busca-se, ainda, entender os fundamentos teóricos dessas políticas, os sujeitos políticos que as fazem, como fazem e para quem são feitas, objetivando identificar a concepção, as propostas e ações do poder público estadual no âmbito do esporte e lazer.

Vale ressaltar, que este debate vem ganhando força no seio da sociedade brasileira, principalmente nas últimas décadas, em virtude das transformações ocorridas no mundo, decorrentes da globalização; do processo de redefinição do papel do Estado; da reorganização da sociedade civil e, principalmente, do entendimento do esporte e lazer enquanto direito social e possibilidade de melhoria da condição de vida da população.

Para alcançar os objetivos propostos foram selecionados alguns pressupostos que permeiam o debate e norteiam a pesquisa. São eles: 1. A oferta de serviços prestados pelo poder público estadual é assistemática e descontínua, quanto à implementação e operacionalização das atividades de esporte e lazer; 2. As políticas públicas de esporte e lazer são marcadas por uma cultura burocrático-autoritária e por uma herança conservadora e clientelística; 3. Inexiste no Brasil, particularmente na maioria dos estados, uma política de esporte e lazer capaz de articular e atender aos diferentes interesses e necessidades da população.

Sendo assim, a investigação considera três questionamentos centrais: as políticas públicas de esporte e lazer expressam, em seus projetos e planos de ação, as demandas e necessidades manifestadas pelas comunidades? As políticas públicas de esporte e lazer são usadas como um instrumento democrático capaz de estimular o exercício da cidadania? Como são as atividades de esporte e lazer oferecidas pelo poder público estadual no que se refere à sua gestão e participação popular?

Portanto, a pesquisa visa diagnosticar a estrutura legal e as políticas públicas que se expressam nos documentos, leis, projetos e programas do estado, bem como, apresentar proposições com fins de possibilitar a vivência do esporte e lazer como atividades importantes para formação dos sujeitos no seu cotidiano, melhorando a condição de vida e, ainda, o exercício da cidadania.

CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação do projeto neoliberal trouxe conseqüências às propostas de desenvolvimento do país. Em parte, isso se deve ao fato de o mercado ser concebido como definidor das relações humanas, tornando princípios como democracia, justiça social, cidadania..., nocivos ao projeto hegemônico da eficiência econômica; contrariando os interesses do sistema que, centrado na ideologia dominante, propõe uma globalização de cima para baixo, promovendo um crescente processo de naturalização da exclusão, que se dá em todos os campos, alargando ainda mais as desigualdades sociais pela transferência das responsabilidades do Estado para o capital privado.

Deste modo, as políticas públicas podem se constituir numa excelente oportunidade de refletir e alterar este quadro através de ações que privilegiem as prioridades da população equacionando ou minimizando as desigualdades existentes entre os diferentes grupos, principalmente aqueles que estão marginalizados e excluídos

do processo social pela política econômica adotada no país centrada na concepção de mercado.

No Brasil, as discussões envolvendo as políticas públicas de esporte e lazer são relativamente novas e se intensificam na medida em que há um crescimento da demanda, motivada, principalmente, pela organização de determinados setores da sociedade que, inspirados na idéia do esporte e lazer como um direito social, reivindicam dos poderes públicos, ações que atendam essa realidade.

Segundo o professor e sociólogo Marcellino (1996):

A importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligada à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público, com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada.

De acordo com o autor, este problema se agrava com o crescimento das populações e a desordenada distribuição do espaço urbano provocado pelos interesses imobiliários e pelo crescente número de pessoas que dispõem de tempo livre na sociedade.

Salienta, entretanto, que a ausência de iniciativas na área não representa necessariamente a falta de investimentos no setor; mas o que ocorre, muitas vezes, é uma má utilização dos recursos liberados devido à ausência de políticas setoriais que norteiem as ações; ou, em outros casos, há um desinteresse na aplicação dos recursos, já que o esporte e lazer não são vistos como importantes no contexto social e geralmente não se enquadram nos projetos políticos das administrações.

Segundo Linhares; Pereira Filho (1999), o poder público no Brasil, ao elaborar as políticas públicas de lazer, protagonizou e ainda protagoniza políticas setoriais cuja prática tem sido populista, clientelista, baseada na barganha eleitoral e, ainda, em algumas gestões públicas personalistas, centralizadoras e autoritárias inviabilizando os projetos que visam à construção de uma sociedade mais democrática.

Para os autores, algumas gestões chegam a ser extremamente tecnocráticas, distanciadas da realidade social e, por conseqüência, estruturadas a partir de princípios seletivos de exclusão/inclusão. Muitos deles são, centrados nos projetos de privatização dos espaços, bens e recursos públicos, bastante comuns nas esferas de governo.

Essa percepção mostra a inexistência de uma política pública de esporte e lazer bem definida no país, com alocação de recursos compatível com a demanda, especialmente para as classes mais excluídas dos direitos sociais. Cabe, então, a cada governo, a partir das suas particularidades, elaborar um plano de ação capaz de, concretamente, possibilitar à população o pleno exercício desse direito.

Portanto, é preciso que os atores sociais entendam as políticas públicas de esporte e lazer como um espaço de fortalecimento da cidadania e um importante mecanismo na melhoria da qualidade de vida da população. Essas políticas estão articuladas com a participação comunitária que, juntamente com um diagnóstico da realidade local, ajudará na elaboração de projetos mais consistentes e próximos dos desejos e interesses de cada grupo social.

Estas informações demonstram que, na atualidade, os governos ganham grande importância no contexto da elaboração e execução das políticas públicas, não só pela competência que lhe foi atribuída a partir da Constituição Federal de 1998, mas principalmente, por ser uma das esferas que está mais próxima da população e dos setores organizados da sociedade possibilitando, portanto, a construção de políticas mais representativas dos interesses locais, como a democratização e ampliação do lazer como direito social.

O lazer como uma reivindicação antiga da sociedade brasileira ganhou densidade a partir do debate sobre a nova constituinte (1987-1988), culminando, com sua contemplação na Carta Magna, que no título II, capítulo II, artº. 6º, estabelece o lazer como um dos direitos sociais. Também no Título VIII, Da ordem social, capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, seção III, artº 217, item III, artº 3, que diz: “o poder público incentivará o lazer como forma de promoção social”.

Os dois capítulos apontam que o esporte e lazer e, conseqüentemente, a elaboração das suas políticas públicas e ordenamento legal, devem ser abordados na sociedade brasileira como um tema importante na área social, o que permite dizer que, dentro de uma perspectiva democrática, tem-se que considerá-lo como algo fundamental na vida dos homens. Sendo tratado de forma responsável pelo poder público, que deve entendê-lo como uma necessidade humana e um direito legal.

Entretanto, vive-se um momento em que, se por um lado os direitos dos cidadãos estão cada vez mais claros nos documentos legais, por outro, a realidade coloca-lhes diante do desrespeito a esses direitos: a violência, a impunidade, e a ausência de elementos básicos da dignidade humana, como saúde, habitação, escola e lazer, são visíveis nos diferentes espaços da sociedade (ZINGONI, 1998).

As políticas de esporte e lazer, nesse contexto, ainda são elaboradas e decididas nos gabinetes, não havendo um envolvimento da comunidade na organização das políticas e nem continuidade dos projetos existentes. Parte desse problema se deve à falta de definição e clareza dos princípios político-pedagógicos que devem orientar as ações do esporte e lazer no interior do Estado capitalista democrático. A situação é agravada nos centros urbanos que convivem com o aumento dos problemas sociais e econômicos, e com a ampliação das reivindicações populares dificultando ainda mais o atendimento da população pela administração municipal (ZINGONI, 1998).

Neste sentido, é preciso repensar os valores, funções e papéis sociais que a sociedade e, principalmente, o poder público vêm assumindo no esporte e lazer historicamente, para se alcançar práticas comprometidas com a formação da cidadania e dos sujeitos, contrariando a perspectiva que os entendem como meios de recuperar a força de trabalho, através do alívio das tensões provocadas por sua rotina, e/ou como meio de educar para os valores econômicos de racionalidade técnica e disciplina requerida pelo sistema capitalista.

De acordo com Linhales (1998), apesar de todos os esforços realizados até hoje, não se conseguiu participar e/ou interferir nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, de maneira que tem prevalecido a ação isolada em substituição aos processos de coletivização, publicitação e, conseqüentemente, democratização dos debates.

É preciso considerar que a implementação das políticas públicas está diretamente relacionada à natureza do Estado, o qual interfere na seleção das prioridades, na alocação de recursos, e na redistribuição da renda através dos programas dos serviços públicos. Numa sociedade liberal como a atual, a função de redistribuição do Estado encontra-se comprometida, à medida que ele, fugindo das suas características reais,

utiliza os programas públicos como mero recurso de barganha nos processos de legitimação política, ou como mecanismo de intervenção na vida social, muitas vezes, subordinada à lógica capitalista da acumulação (LINHALES, 1998).

Para a reversão deste quadro, é necessária a articulação de vários instrumentos que permitam a transformação do processo, dentre os quais destaca-se a educação. A Educação assume um importante papel na sociedade não só como um mecanismo de transmissão de valores e heranças culturais, mas, principalmente, como um instrumento de preparação e conscientização dos homens para as novas relações e tendências existentes no mundo.

Segundo Gadotti (1993), “a educação tem um papel importante no próprio processo de humanização e de transformação social...”, ou seja, “visa à formação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela”.

Ao longo dos anos, com o crescimento das discussões em torno das políticas públicas, obteve-se um estreitamento das relações entre políticas públicas de esporte, lazer e educação. As políticas entendidas como um processo educacional tem se preocupado em atender aos anseios das demandas emergentes, que procuram o lazer “enquanto uma prática social dialeticamente vinculada ao trabalho, que possibilita a vivência lúdica de diferentes conteúdos e valores que podem propiciar a leitura reflexiva e criativa de nosso contexto, contribuindo para mudanças de ordem moral e cultural” (Werneck, 2000), constituindo-se num espaço privilegiado de investigação e atuação do poder público para a aproximação da realidade social.

Considerando a força da educação concebida enquanto um processo de formação humana, e dado o seu caráter multiplicador, é que se precisa, segundo Werneck (2000), colaborar com a formação de sujeitos comprometidos com o processo de construção do saber, sujeitos que questionem a realidade, que assumam uma atitude reflexiva face os processos sociais e às contradições do meio, não fazendo do lazer, e conseqüentemente, das suas políticas públicas, produtos a serem consumidos, mas uma ação criativa e significativa a ser vivenciada com autonomia e responsabilidade.

No Brasil, principalmente nos últimos anos, após sucessivos governos neoliberais, tem-se convivido com políticas públicas que, ao invés de garantirem as conquistas sociais, têm buscado no pensamento liberal sustentação para criticar as ações desenvolvidas pelo Estado democrático.

As experiências cotidianas estão se confrontando, na medida em que de um lado configuram-se as estruturas neoliberais representadas pelo Estado liberal mínimo e, por outro, a expansão dos direitos políticos e sociais, ocorridos desde o final do século XX, pressionando os poderes públicos municipais, a incorporarem em suas agendas políticas, as reivindicações da população.

Num país como o nosso, com aproximadamente 185 milhões de pessoas, que apresenta grande concentração de renda e enormes desigualdades sociais, é competência do poder público implementar políticas públicas de esporte e lazer, que promovam a diminuição desse vácuo social existente entre parcelas distintas da população. É preciso que os gestores ampliem seus olhares sobre a importância do esporte e lazer, não só como um direito social, mas também, como um mecanismo de melhoria de vida e da cidadania da população.

Segundo Silva (1997) o poder público deve ter sensibilidade política, dimensão social, observar os princípios básicos e essenciais a uma política pública de esporte e lazer, discuti-lo com a comunidade e implantar o esporte e lazer, não como um direito

secundário, mas como algo necessário e fundamental ao ser humano, independente das condições sócio-culturais (religião, sexo, etnia, idade) e político-econômicas.

É importante que a possibilidade de acesso ao lazer chegue cada vez mais a um número maior de pessoas, de forma adequada, permitindo a liberdade de escolha, desenvolvendo a democracia cultural, possibilitando a intervenção dos cidadãos na sua própria realidade. Para tanto, as discussões sobre o esporte e lazer devem contemplar as questões envolvidas com os sistemas político-sociais, com o trabalho, com a educação, com a cultura, com a política urbana, etc.

Diz ainda, que uma política deve propiciar a cidadania, a melhoria da qualidade de vida, e focar os aspectos da educação. Deve, também, proporcionar uma “nova ordem do lazer” na sociedade, permitindo a análise do lazer numa perspectiva de bem-estar social e cultural, pensando nos diferentes segmentos da comunidade, organizados ou não, sem privilégio de classes. “A eficácia de políticas consistentes depende diretamente do grau de articulação entre os poderes públicos e agentes envolvidos” (BUCCI, 2002).

Portanto, as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil devem ser entendidas como um espaço de denúncia; de intervenção, como estratégia de democratização das relações Estado-sociedade como necessidade da construção da idéia de “direito de cidadania” com fundamentos nas demandas sociais apresentadas pelo movimento social, sindical e político-partidário.

Sendo assim, existe um longo caminho a ser construído entre o poder público e os setores da sociedade envolvidos com a problemática das políticas públicas de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2002.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 1993.

LINHALES, Meily Assbú. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. Revista Licere, Belo Horizonte, v. 1, p. 19 – 30, set., 1998.

LINHALES, Meily Assbú; PEREIRA FILHO, José Ribamar. Intervenção, conhecimento e mudança: a educação física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). Educação física ciências do esporte: intervenção e conhecimento. Florianópolis, SC: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999.

MARCELLINO, Nelson. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

ROCHA, Luiz Carlos. Políticas Públicas no Subúrbio Ferroviário: (in) visibilidade na dinâmica da cidade de Salvador. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2003.

SILVA, Manoel Carlos B. Reflexões acerca da política de lazer da cidade de Vitória: concluindo. In: CARVALHO, Mauri de; MAIA, Adriano (Org.). Ensaios: educação física e esporte. Vitória: UFES/Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

WERNECK, Christianne. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. Revista Motrivivência, ano X, n.º. 11, setembro, 1998.

Professor e Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB, Doutorando em Educação pela UFBA, Líder do GEPEFEL/Cnpq.

Rua Antonio Costa, 281, Silva Jardim Alagoinhas – BA
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8268479229538782>
Email: luizrocha.ba@terra.com.br